



Leandro Filipe Almeida de Carvalho Macedo

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

### ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO REALIZADA NO DIA TRINTA E UM DE JANEIRO DO ANO DOIS MIL E DEZANOVE

--- Aos trinta e um dias do mês de Janeiro, do ano dois mil e dezanove, nesta Vila de Tabuaço e Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal, com a presença de vinte e cinco membros, tendo-se verificado a ausência de, **Joaquim António da Rocha Moutinho de Carvalho, Arlindo Augusto Genésio Gouveia e Rui António Alves Figueiredo** que justificaram as suas faltas.-----

O presidente da Junta de Freguesia da Desejosa, fez-se representar por **Faustino de Jesus Macedo**.-----

O deputado **Aires Antunes Moreira Sá Ferreira**, pediu a suspensão temporária do mandato, pelo que foi substituído nesta reunião, por **José Carvalho**, fazendo para tal o respectivo juramento da tomada de posse.-----

Confirmada a existência de quórum, os trabalhos tiveram início às dezasseis horas e dez minutos e à sessão presidiu **Leandro Filipe Almeida de Carvalho Macedo**, coadjuvado pelos secretários **Álvaro Correia Soares Martinho e Anabela Susana Paiva Martins Oliveira**.-----

A Câmara Municipal, esteve representada pelo seu presidente **Carlos André Teles Paulo de Carvalho** e vereador **José Carlos Oliveira Silva**.-----

#### ===== ORDEM DE TRABALHOS =====

#### .... I. ORDEM DO DIA -----

Foi de seguida lida a convocatória e feita a advertência pelo presidente da Assembleia Municipal, de que esta, sendo uma reunião extraordinária, terá apenas o ponto único em discussão, para a qual foi convocada.-----

**Ponto Único:** - Apreciação, discussão e votação da **proposta de transferências de novas competências para as autarquias** (cfr. nº 2 do artigo 4º da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto).-----

De imediato foi dada a palavra ao presidente da Câmara, para que se pronunciasse sobre este assunto, começando por dizer que esta sessão extraordinária se deve à necessidade de cumprir prazos para a votação do assunto que obrigou a esta reunião.



Paulo Vitor  
Alves  
AEP

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

Fez de seguida um enquadramento da evolução deste processo e da forma como tem sido acompanhado, relativamente à aceitação ou não das competências, proposta essa que é já do conhecimento de todos. -----

Disse o presidente da Câmara que desde o ano 2015, se tem vindo a assistir a diversos tipos de projectos-pilotos no sentido da concretização do processo de transferências de competências que leva à descentralização visando passar essa responsabilidade que agora é do Governo Central, para as Autarquias. -----

Havia no entanto um acordo que obrigava até ao mês de julho do ano passado, ter os valores respeitantes aquilo que era a publicação dos diplomas sectoriais para cada uma das vinte e uma áreas, ou estivessem à mesma data definidos os valores financeiros que permitiriam essas mesmas transferências de competências, desde que acompanhadas do respectivo envelope financeiro. -----

Informou ainda que a própria Lei-Quadro tem uma alínea, que obrigava até ao dia 15 de Setembro de 2018 as Assembleias Municipais a pronunciarem-se sobre os vinte e um diplomas acima citados, onde estaria plasmado aquilo que o Governo pretendia transferir para as autarquias e chegado esse prazo nada estava aprovado nem se sabia qual a verba atribuída a cada um desses diplomas sectoriais. -----

Ouve um despacho do senhor Ministro da Administração Interna, no sentido de que esses diplomas sectoriais iriam ser promulgados e só à posteriori as Câmaras e Assembleias Municipais se pronunciariam num prazo de sessenta dias contados a partir do dia da publicação dos diplomas. Também já no orçamento para o ano 2019, deveria constar os valores afectos a cada uma, à medida que fossem aprovadas. Isto não aconteceu e por isso verificou-se o atraso devido ao facto de, para além de não se ter colocado no Orçamento de Estado as verbas referentes a cada uma das áreas iriam depois depender do despacho das tutelas a que cada uma dessas áreas estivesse ligada, situação que obrigou à reprovação por larga maioria no Parlamento, entendido como limitação à liberdade de escolha das autarquias, quando um dos principais pressupostos deveria estar subjacente a todo este processo, relacionado com o dinheiro a ser transferido, mas não constar no Orçamento de Estado, mas sim ao longo do ano disponível por despacho dos vários ministérios, que à partida desvirtuaria todo o processo. -----

Há neste momento uma posição distinta, transmitida pelo Secretário de Estado que para aquelas transferências em que é necessário a componente financeira, serão com um mês de antecedência apresentados esses valores e em casos mais sensíveis como a Saúde ou a Educação como diz a Lei, há depois um prazo de quinze dias, para que o Governo informe qual o valor da transferência, respeitando os prazos para a aceitação por parte da Câmara Municipal que são de 30 dias e posteriormente serão 60 dias, para que a autarquia se pronuncie se aceita ou não. -----



*Handwritten signature: Humberto Alves*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

O presidente da Câmara disse também que todo este processo não tem sido correto, porque os prazos não têm sido cumpridos e corre-se o risco de se ter de convocarem reuniões extraordinárias da Assembleia Municipal para discutir cada um dos diplomas e por mais reuniões que se façam haverá sempre divergência quanto à forma como tudo é tratado e o enquadramento legal. -----

Considerou que todo este processo ficou aquém do desejável, porque nesta fase nunca houve consciencialização partidária que permitiria fazer essa descentralização e tem a ideia de que mais que descentralizar é transferir competências, porque em várias áreas estará vedada a capacidade de decisão, como a Saúde, a Justiça, a Acção Social e Educação esta última que trouxe ao concelho experiências menos boas, com a indefinição sobre a gerência dessas competências, mas acreditando que no futuro com o mesmo dinheiro a autarquia é capaz de fazer mais e melhor que os sucessivos Governos, até por uma questão de proximidade e poder entender o que é a realidade das carências da população, porque em muitos dos casos é já a autarquia relativamente à Saúde e à Educação quem faz a manutenção, inclusive os espaços verdes, apesar do Estado ao longo das últimas décadas ter feito pouco investimento em relação à realidade do território.-----

O presidente da Câmara alertou ainda para aquilo que num futuro próximo vai ser a reivindicação por parte da população, porque sabendo que é a Câmara a gerir estes organismos, o descontentamento será mais acentuado e visível, sabendo que é a autarquia a responder a alguma falha, que não aconteceria caso fosse o governo a manter o poder de decisão sobre esses mesmos organismos, com a agravante de que aquilo que hoje o Estado investe, é manifestamente pouco para aquilo que no dia de amanhã será necessário, mas o poder de gerir continuará nas mãos do governo, dando como exemplo o caso da saúde, onde será vedado o acesso da Câmara em poder contratar médicos, enfermeiros ou outros recursos humanos, ficando isso a cargo da tutela governamental, não valendo de nada o direito de poder abrir o Centro de Saúde para além das 20 horas, se não se pode dotar com os técnicos necessários ao seu funcionamento e em seu entender, tal situação só poderá ser resolvida com a regionalização, resumida num modelo diferente de gestão do território, talvez de outra forma que não a defendida no referendo realizado há duas décadas e que foi rejeitado pela população, mas ainda se ficou pior porque à época ainda havia estruturas intermédias como os Governos Cívicos e outras entidades distritais, que hoje não existem ou estão esvaziadas.-----

Continuando a sua intervenção o presidente da Câmara falou das Comunidades Intermunicipais, que deviam ser as estruturas de governabilidade administrativa do território, mas não passam de simples “barrigas de aluguer” dando como exemplo o caso recente da negociação da reprogramação dos dinheiros para o Norte 2020, o governo anunciou mais verbas, mas entretanto abriu alguns Avisos onde serão aplicados esses



*Luís Rebelo  
Alta  
deleg*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

fundos mas que não são decididos pela autarquia e como consequência não reflecte a vontade dos agentes locais nas populações que eles representam. -----

Apesar de com este sistema se ficar muito aquém do esperado, o presidente da Câmara é de acordo a que haja uma discussão mais aprofundada e séria, porque se as condições foram criadas e apesar de não se chegar ao ideal, há a convicção de que se pode fazer muito melhor, denunciando como absurda e sem sentido a questão da universalização que permitiria que Tabuaço fosse tratado como por exemplo o concelho de Aveiro, porque a capacidade e recursos de cada um destes municípios e a presença do poder local no território são completamente distintas, utilizando soluções iguais para realidades diferentes, vão prevalecer certamente num espaço de tempo não muito longo, alguns desequilíbrios e constrangimentos financeiros complicados, maiores do que aqueles que já hoje existem. -----

Outro problema consiste no gradualismo e se hoje, há a liberdade de poder dizer não, até porque não há ainda aquele grau de consciência que permita saber com alguma antecedência o que pode vir a acontecer, mas no mês de junho já vai ter de se decidir, se no ano de 2020 se aceita ou não, mas terá de se fazer no ano seguinte, sendo como que obrigatório a sua aceitação independentemente de estarmos de acordo ou não e por tal motivo não se poderá confiar na bondade de quem está a negociar, porque não se sabe quem estará a governar ou as pessoas que nesse tempo estarão à frente dos poderes de decisão, quando tudo isto devia ficar garantido em documentos de que a garantia das verbas que hoje o governo gasta deveria ser mantido, duvidando até da sua constitucionalidade pelo facto de passar para a esfera de competência da Câmara Municipal, sem o órgão deliberativo que é a Assembleia Municipal aceitar essas competências. -----

O presidente da Câmara enumerou de seguida algumas das transferências como o estacionamento público que tem a ver com a fiscalização e regularização nas vias e espaços públicos e a consequente instrução e decisão de procedimentos contra-ordenacionais, que para tal se terão de pronunciar até ao próximo dia dois de fevereiro próximo e os restantes até ao mês de junho à Assembleia com referência ao ano 2020, acreditando que nesse tempo haverá já um conhecimento mais profundo sobre a pretensão do governo. -----

Em relação à gestão do património imobiliário público sem utilização, uma competência interessante sobretudo para os municípios que têm património do Estado devoluto e sem utilização, podendo permitir a passagem para a competência das Câmaras, sem qualquer reflexo nesse sentido no caso de Tabuaço. A questão da habitação que tem a ver com os programas de arrendamento urbano e reabilitação, bem como a gestão de bens imóveis de habitação social que sejam pertença do Estado, estruturas de atendimento ao cidadão, havendo em relação a estas, a necessidade de pronunciamento por parte das juntas de



Luís  
Alves  
AEP

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

freguesias, gabinete de apoio a emigrantes, vias de comunicação, sendo este assunto muito complexo e até em reuniões com os administradores das Infra-Estruturas de Portugal fez saber as más experiência daquilo que tem sido a delegação de competência nestas vias de comunicação, recebendo como resposta de que os municípios ficariam com a manutenção e a parte respeitante à obra ficaria a cargo do Estado, relançando uma vez mais aqui a subjectividade e a dúvida em relação a quem decide no futuro tais investimentos e apesar de haver sempre a boa vontade de se acreditar nas pessoas, o certo é que há 40 anos, tem sido muito pouca a concretização. -----

Em relação às casas de jogos e praias marítimas e fluviais, o apoio ao Bombeiros Voluntários, a parte da justiça que poderá ser dividida entre Câmara Municipal e Comunidade Intermunicipal nomeadamente no que toda a reinserção de jovens e adultos, prevenção e combate à violência doméstica, rede de julgados de paz e apoio às vítimas de crime. -----

Outros assuntos referenciados pelo presidente da Câmara, que terão mais a ver com as CIMs que são os fundos europeus e programas de captação de investimentos e promoção turística.-----

Esta é a proposta e interessa saber de que forma e qual, o impacto que vai ter nos serviços da Câmara, perceber qual o volume financeiro que o governo irá dar para cada uma das situações, adiando para a reunião de fevereiro de maneira a se poder discutir estas competências, que no momento ainda não há o conhecimento suficiente para que em consciência se possa decidir, para que se possa fazer melhor com o mesmo dinheiro aplicado pelo Estado.-----

O presidente da Câmara concluiu a sua intervenção, com a indicação de que estas nove propostas não devem ser aceites, já as da CIM não vêm aqui à discussão porque obriga a sua unanimidade e neste momento há já duas câmaras que têm entendimento contrário às demais, ficando portanto para mais tarde o pronunciamento sobre este assunto. -----

De seguida foi dada a palavra ao deputado **Nuno Oliveira** começando por dizer que se congratulava pela unanimidade verificada em reunião do executivo e manifestou a sua alegria pela posição tomada pela Câmara Municipal. Mostrou-se convencido de que os governos centrais fazem isto mais por questão de agenda e talvez eleitoralista e sempre que se fala em processos de descentralização, parece mais que se anda a brincar com o interior e não se preocupa com as câmaras das grandes cidades do país que recebem pacotes financeiros astronómicos. Pelos documentos a que teve acesso e pela explanação do senhor Presidente da Câmara, crê que o concelho continua a ser objecto duma subjectividade pouco interessada com os reais problemas que existem no interior. Acredita que a descentralização é necessária seja através da regionalização ou a nível autárquico, impõe-se porque quem está perto das populações conhece-a melhor do



Luís Rebelo  
Ave  
aef

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

quem, está em Lisboa e acha estranho ao ver aprovados diplomas a que chamam Leis-Quadro que depois andam a ser completadas ou direccionadas por resoluções ministeriáveis que nem tem valor legislativo, resultando em confusão e apesar desta medida obrigar as câmaras a um maior grau de exigência e profissionalismo, os interesses das populações não estão a ser tidos em conta e por isso apoia as propostas que impliquem a recusa de processos que nada trazem de benéfico para o concelho.-----

Seguidamente foi dada a palavra ao presidente da União de Freguesias de Távora e Pereiro, para interpelar a Mesa da Assembleia ou até mesmo o executivo, com a obtenção de informação para debater a aceitação das competências na Assembleia de Freguesia que se iria reunir no dia seguinte. Por outro lado e falando no apoio às populações, interrogou-se como seria possível tendo em conta o grau de profissionalismo de qualquer elemento da Junta de Freguesia para poder prestar serviços ao estilo de Loja do Cidadão.-----

Para dar esclarecimentos foi novamente dada a palavra ao presidente da Câmara, informando o orador que o antecedeu de que a União de Freguesias não é obrigada a aceitar, mas da forma como os parâmetros estão definidos, a lei obriga-o a aceitar já no ano 2021 essas competências, não tendo neste caso específico qualquer custo adicional porque pelo facto de se ter criado este processo de modernização administrativa e na criação de um pequeno espaço nas freguesias e como acontece com a Unidade Móvel de Saúde, ir alguém com meios técnicos, mas tal instalação desse espaço depende sempre da aceitação da Junta de Freguesia.-----

Em relação à Câmara Municipal, entende o presidente que uma loja do Cidadão em Tabuaço, não trará as vantagens que muita gente pensa, porque a mesma pode ser o motivo para o encerramento de alguns serviços prestados por outras instituições defendendo por isso que as regras devem ser previamente definidas, como no caso das escolas, que ao passarem para a alçada da Câmara Municipal deve primeiro o estado proceder à sua requalificação, terminando com o apelo aos membros da Assembleia que aprovem a não-aceitação tal como consta na proposta feita pelo executivo e espera pelo mês de junho, para que depois se possam todos pronunciar mas com um melhor conhecimento de todas as matérias que o processo tem. -----

Outro assunto afluído pelo presidente da Câmara e que classificou como inadmissível, é o PNI (plano nacional de investimentos) que para fazer parte dele tem que ser um investimento superior a 75 milhões de euros, logo aqui fica arredado qualquer município, ficando apenas contemplado a Linha Ferrovia do Douro e a Via Navegável do Douro aos quais é atribuída a verba, mas não definido o montante a que cada investimento tem direito, convencendo-se mais que nunca que este será certamente um plano de intenções. -----



Luís Rebelo  
Alfaro  
aesp

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

A finalizar os trabalhos, o presidente da Assembleia Municipal na qualidade que o cargo lhe aufere, disse ser sua obrigação defender o órgão a que preside, porque não tem dúvidas de que no meio deste processo todo, as Assembleias Municipais foram humilhadas, porque não são respeitados os prazos obrigando à realização de reuniões extraordinárias. Por outro lado manifestou o desacordo em relação a estes processos, que caso o executivo tomasse qualquer decisão o poderia fazer sem que o órgão deliberativo fosse ouvido, numa afronta inqualificável para com os representantes do povo que através do voto lhe conferiu poderes para os defender. Citou vários decretos – leis onde está consagrado que em caso de incumprimento, em relação às delegação de competências as mesmas podem cessar, basta que essa seja a decisão tomada por maioria pela Assembleia Municipal. -----

Para o presidente da Assembleia Municipal, se não houvesse outras razões para a rejeição da transferências de competências, bastava o motivo de que o que consta no Orçamento do Estado para estes anos, nada será cumprido, porque será depois o capricho ou a vontade de um qualquer membro do governo atribuir as verbas que bem entenda. Esta posição manifestada pelo presidente da Assembleia Municipal, foi também defendida por todos os seus colegas do distrito numa reunião efectuada em Castro Daire recentemente, onde a palavra de discórdia em relação aos procedimentos do governo, foi a tônica dominante. -----

Terminadas as intervenções, o presidente da Assembleia Municipal pôs à consideração do plenário, a forma de votação: se por diploma a diploma ou uma votação geral, sendo esta última opção a manifestada pelos membros, após leitura na íntegra da proposta da Câmara Municipal, que entre outros motivos se justifica pelo desconhecimento das verbas a atribuir aos vários sectores no âmbito da transferência das novas competências para as autarquias locais.-----

Procedendo à votação verificou-se por unanimidade a aprovação da proposta enviada pela Câmara Municipal, que rejeita a atribuição dos vários diplomas, constantes no processo. -----

No final da votação, o presidente da Câmara agradeceu a compreensão de todos, que resulta na consciência colectiva, que mais não prova do que o empenho geral na defesa do território concelhio. -----

Seguidamente a secretária **Anabela Susana Paiva Martins Oliveira**, leu a minuta da ata e posta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

Não havendo mais nada a tratar o presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrada a sessão quando eram dezassete horas e trinta minutos. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

Para que conste e para os devidos efeitos, se lavrou a presente ata e para que faça fé e validade, vai ser assinada pelo presidente da Assembleia e secretários, respectivamente.--

---

  
\_\_\_\_\_  
**Presidente: Leandro Filipe Almeida de Carvalho Macedo**

  
\_\_\_\_\_  
**1º Secretário: Álvaro Correia Soares Martinho**

  
\_\_\_\_\_  
**2º Secretário: Anabela Susana Paiva Martins Oliveira**